

JOSÉ ADEMAR KAEFER

A BÍBLIA,
A ARQUEOLOGIA
E A HISTÓRIA
DE ISRAEL E JUDÁ



Agradecimentos:

Ao povo de tantos cursos bíblicos e partilhas por esse mundão ameríndio.

Aos alunos e alunas das faculdades de teologia. Ao Centro Bíblico Verbo.

Aos meus mestrandos/as e doutorandos/as da UMESP.

À comunidade Perpétuo Socorro do Jardim Míriam.

À dona Maria, mulher ímpar... presença constante na caminhada.

PRÓLOGO

É preciso ter em mente que os textos bíblicos foram escritos bem depois dos fatos narrados terem acontecido, e que eles sempre trazem em suas narrativas o contexto, a realidade e as preocupações do período histórico em que foram escritos. É bem verdade que na base das narrativas bíblicas estão tradições populares antigas que essencialmente falam das ações de Deus no meio do seu povo. Falam também das normas para a convivência, de valores éticos, como a defesa dos mais fracos; falam de mitos, de heróis populares, dos antepassados etc. Tradições que foram ganhando corpo na memória popular até serem incorporadas na história oficial do povo. Esta última etapa se dá na corte e no templo, onde a tradição popular é convertida em narrativa oficial. Aqui a história é relida, reescrita e ampliada até se tornar história sagrada, que conhecemos como Bíblia.

Pelo fato dos textos bíblicos terem sido escritos, pelo menos em sua maioria, por escribas da corte e do templo, é de certa forma natural que muitos textos bíblicos defendam os seus interesses. Servem às vezes de propaganda para os reis justificarem seus projetos políticos, como: promover reformas, fazer guerras e conquistar territórios. Podem servir também para encorajar os soldados na luta contra exércitos mais fortes (cf. 2Rs 18,17-35), ou, ainda, para os sacerdotes defenderem os interesses do templo, como os sacrifícios e as ofertas, e promover o Deus do templo contra as divindades populares no interior, nas aldeias, que estão fora do seu controle.

Evidentemente que na corte e no templo havia vários e diferentes grupos, e que nem todos estavam alinhados com os interesses das elites. Essa é exatamente a grandeza, o encanto e a sacralidade da Bíblia: sua diversidade.

É difícil saber quão antigas são as tradições presentes na Bíblia e quanto elas foram mudadas até serem escritas. Ou seja, quão longe alcança a nossa vista para o interior do texto bíblico quando o lemos ou estudamos. É bastante sugestivo e didático o exemplo da lanterna ao se adentrar numa caverna. O facho de luz permite ver até certa distância para o interior da caverna. Quanto mais perto, melhor se enxerga, e quanto mais distante, mais os raios de luz vão enfraquecendo. Evidentemente que a exegese pode nos ajudar para que avancemos para o interior da caverna (entenda-se texto) e, assim, vejamos mais ao longe.

A IMPORTÂNCIA DA ARQUEOLOGIA

Quando se trata da exegese histórico-crítica, desempenha um papel cada vez mais relevante a arqueologia. Pois, quando o texto bíblico fala, por exemplo, de uma cidade ou de uma aldeia, nem sempre traz informações suficientes para sabermos como era a vida ali: sua economia, as relações sociais, festas, crenças, geografia etc. Temos que nos reportar, então, a informações que, graças às escavações arqueológicas, nos permitem saber de coisas que o texto bíblico não revela, coisas que por muito tempo estavam ocultas sob as pedras. Obviamente, não obtemos todas as informações, pois muitas ainda permanecem enterradas, à espera de serem encontradas.

Certamente a arqueologia tem mais facilidade para encontrar sinais que relatam a estrutura e a organização das cidades e de suas construções – palácios, templos, muralhas, portões, monumentos –, que falam da vida dos reis, do exército e dos ricos. Em contrapartida, é mais difícil encontrar artigos, objetos que falam do cotidiano do povo pobre, das aldeias, das vilas, das casas, das tendas, da vida do povo nômade. Esses sinais são facilmente destruídos pelo tempo. Eles existem, mas exigem maior atenção e, obviamente, interesse.

Há que se tomar cuidado, no entanto, para não sobrepor as descobertas arqueológicas ao texto bíblico. Elas devem ser um auxiliar para uma melhor compreensão deste. A Bíblia vê e narra a realidade com a preocupação de mostrar a ação de Deus na história, coisa que a arqueologia não tem como escavar. Sua função é a de fazer a leitura preliminar da sociedade, da maneira mais neutra possível. A partir

dessa leitura preliminar, os exegetas devem adentrar o texto bíblico. O que não se pode fazer, para uma boa exegese, é cometer o disparate de ignorar as descobertas arqueológicas. Portanto, a melhor atitude do exegeta ou do estudioso da Bíblia é quando ele é capaz de estabelecer um diálogo franco entre o texto bíblico e a arqueologia. É a partir desses pressupostos que queremos apresentar a história da monarquia em Israel e Judá.

As descobertas arqueológicas podem causar em nós certo mal-estar, devido a incertezas diante da Palavra de Deus. Isso é normal, pois temos a Bíblia como referência para a nossa fé e, conseqüentemente, para o nosso agir. Pode ser que alguém se sinta como se tivesse sido enganado durante toda a sua vida, uma vez que durante os últimos cem anos a interpretação bíblica ensinava outra coisa. Devemos ter em mente que ninguém tem a última palavra quando se trata de pesquisa e interpretação bíblica. Seguramente, outras pesquisas e respostas estão por vir, e, provavelmente, ainda mais questionadoras que as que iremos apresentar em nossa obra. A pesquisa bíblica é assim: mexe conosco porque somos pessoas de fé, idealistas que sonham com um mundo mais fraterno e justo, e que têm a Bíblia como uma das grandes referências. Imaginemos o impacto que teve há cem anos, quando os primeiros estudiosos da Bíblia começaram a utilizar a arqueologia e concluíram, por exemplo, que os relatos da criação e do dilúvio narrados no livro do Gênesis foram influenciados pelos mitos do Antigo Oriente, e que Adão e Eva, como tal, nunca existiram. Ou que Moisés não escreveu o Pentateuco, como se presumia até então. São coisas que para nós, hoje, são facilmente aceitas. Presumo que, daqui a alguns anos, aquilo que expomos aqui também o será.

O DEBATE EM TORNO DA HISTÓRIA DE ISRAEL E JUDÁ

JÁ HÁ ALGUNS ANOS que a história de Israel e Judá está no centro do debate da pesquisa bíblica do Primeiro Testamento. O grande questionamento é se a Bíblia pode ou não ser considerada uma fonte para comprovar a história de Israel e Judá. Nesse debate, o enfoque maior se dá em torno da assim chamada monarquia unida que, conforme relata a Bíblia, teria existido nos períodos dos reinados de Davi e Salomão, mais ou menos entre os anos 1000 e 930 a.C., e teria abrangido, sob um único governo com sede em Jerusalém, todo o território de Israel e Judá. Basicamente, as posições dos estudiosos se dividem em três grupos.¹

1.1. A escola fundamentalista

O primeiro grupo se caracteriza por defender que o conteúdo da Bíblia pode ser considerado inteiramente histórico. Esse grupo é chamado, por outros estudiosos contrários a essa posição, de “conservador”, “fundamentalista” e, ultimamente, também “maximalista”. Evidentemente que dentro desse grupo há posturas mais e menos radicais. Há, por exemplo, quem defenda ainda que houve uma redação antiga do Pentateuco, no final da Idade do Bronze (1200 a.C.) ou início da Idade do Ferro I (1150 a.C.). Essa redação teria registrado, por exemplo, a história dos patriarcas e do êxodo. Outros não retrocedem tanto e defendem a posição de uma redação do Pentateuco no reinado de Davi (1005-970), e que as histórias dos patriarcas, do êxodo e da conquista de Josué teriam sido conservadas em forma de tradições orais até serem postas por escrito. Tradicionalmente esta redação é denominada

¹ FINKELSTEIN, I.; MAZAR, A. *The Quest for the Historical Israel: Debating archaeology and the history of early Israel*. Atlanta: Society of Biblical Literature, 2007, p. 9-21.

de J (Javista), sigla e fonte redacional que para muitos ainda persiste. Porém, hoje se sabe que a escrita em Jerusalém só começou bem mais tarde, no final do século VIII a.C. e início do século VII a.C., ou seja, pelo menos dois séculos depois.

Apesar das opiniões divergentes entre os que pertencem ao grupo denominado fundamentalista ou maximalista, todos defendem a monarquia unida nos reinados de Davi e Salomão como histórica. E o curioso é que eles também utilizam a arqueologia para fundamentar suas posições. É o caso, no passado, de De Vaux, John Bright, entre outros, e atualmente da escola de William F. Albright, cujos discípulos defendem que a arqueologia pode provar que a Bíblia está certa, e os críticos, errados.

Foi com esse intuito que na segunda metade do século XX da nossa era se escavou exaustivamente a antiga cidade de Jerusalém, para encontrar resquícios que comprovassem a existência dos palácios e fortalezas de Davi e Salomão e, mais precisamente, do fabuloso templo de Salomão. Mas nada disso foi encontrado. O que se encontrou foi nada além de uma pequena área, fora dos muros da atual cidade antiga de Jerusalém, com algumas construções, sem muros ou palácios, quase um assentamento. Esta foi a cidade de Davi: um aglomerado de casas que não poderia de forma alguma ter sido a capital de um império.²

Não tendo encontrado sinais em Jerusalém do poderoso reino de Davi e Salomão, os arqueólogos foram buscá-los nas cidades que Salomão teria reconstruído, orientando-se fundamentalmente em 1Rs 9,15, em que se diz que Salomão reconstruiu Hazor, Megido e Gezer, as três cidades-fortaleza mais importantes do período do Bronze e do Ferro I. E, de fato, os sinais estavam ali, ou pareciam estar. Encontrou-se, entre outros, nos três famosos sítios arqueológicos, muralhas com um mesmo estilo de portão que continha seis câmaras.³ Esse estilo só existia na camada pertencente ao período do reinado de Salomão. Portanto, as provas das marcas do poderoso Império Salomônico pareciam contundentes. Pareciam, porque, algumas décadas mais tarde, a arqueologia, com técnicas mais refinadas, concluiu que as muralhas com os tais portões de seis câmaras foram construídas um

² KAEFER, J. A. *Arqueologia das Terras da Bíblia*. São Paulo: Paulus, 2012, p. 10.

³ *Ibid.*, p. 19-30.

século mais tarde, e que pertenciam ao reinado de Acab, rei de Israel Norte (873-852).

Foi também nessa perspectiva de comprovar o poderio econômico de Salomão e sua influência no comércio internacional que, por exemplo, Nelson Glueck escavou na década de 1930 o Tel El-Kheleifeh, um pequeno monte no norte do Golfo de Ácaba. Glueck pensou ter encontrado a bíblica Asiongaber, um porto que, conforme 1Rs 9,26-28, ficava perto de Elat, e de onde Salomão comercializava no Mar Vermelho. O arqueólogo entendeu ter encontrado ali uma verdadeira fábrica de cobre dos tempos de Salomão, tanto que denominou Asiongaber como “Pitsburg da Palestina”, e Salomão como “o magnata”, “rei do cobre”. Mais tarde se concluiu que o que Glueck pensava ser uma indústria não passava de alguns achados metálicos em um pequeno sítio que havia sido estabelecido ali no final do século VIII e início do século VII. E que no tempo do rei Salomão, no século X, não passava de uma duna de areia.⁴

1.1.1. A arqueologia para fundamentar a Bíblia

A grande limitação do grupo denominado conservador ou maximalista, assim como as escolas que se alinham com ele, é que somente se usa a arqueologia para fundamentar o texto bíblico. Seu interesse não são as ciências, a história, a antropologia, mas o conteúdo bíblico. Pode-se dizer que o arqueólogo pertencente a essa escola, quando se dirige a um sítio arqueológico, tem numa mão a Bíblia e noutra a picareta. Ou seja, ele já sabe de antemão o que vai buscar e o que pensa encontrar, definindo *a priori* o resultado de sua busca e comprometendo os princípios da neutralidade das ciências arqueológicas.

É preciso entender que boa parte dos arqueólogos teve, e muitos ainda têm, pertença religiosa. Grandes arqueólogos do passado eram grandes teólogos e clérigos. Evidentemente, é necessário reconhecer que foi precisamente o interesse religioso e teológico que impulsionou a arqueologia durante o século XX. Sem a convicção religiosa dos estudiosos, a arqueologia no Antigo Oriente Próximo não teria chegado até onde chegou.

⁴ FINKELSTEIN, I.; MAZAR, A. *Op. cit.*, p. 10.

Outro fator relevante a destacar é o interesse do Estado nas pesquisas arqueológicas. Boa parte dos arqueólogos que escavou os sítios arqueológicos em questão foi ou era membro do alto escalão do exército. Ou seja, arqueólogos financiados pelo Estado e que defendiam os interesses do Estado. Portanto, afirmar que a monarquia unida não existiu, ou que os reinados de Davi e Salomão são uma grande incógnita, certamente tem efeitos contrários aos interesses do Estado. E é justamente para provar a existência da monarquia unida que muitas escavações, como em Jerusalém, Hazor, e a região ao sul de Judá, vêm sendo feitas atualmente.

Um caso recente que ilustra bem essa ansiedade de muitos arqueólogos por encontrar rastros deixados pelos reinados de Davi e Salomão é Khirbet Qeiyafa, um sítio arqueológico situado poucos quilômetros ao sul de Bet Shemesh. Ali foram encontradas em 2007 e 2008 ruínas de uma grande fortaleza, com muralhas, palácio e templo. E, dada sua proximidade com Jerusalém, cerca de 30 quilômetros a sudoeste, logo foram consideradas como tendo sido construídas pelo rei Davi. Porém, outras posições procuram atribuí-las a Israel Norte, como veremos mais adiante, provavelmente no tempo do rei Saul, teoria que nos é simpática, pois seria mais uma prova contundente do alcance que teve o reino de Israel Norte, já no seu início. No nosso entender, para atribuir as ruínas de Khirbet Qeiyafa ao domínio dos reis de Judá, teríamos que situá-las por volta do final do século VIII, durante o reinado de Ezequias (716-687), ou mais tarde, nos reinados de Manassés (687-642) ou até de Josias (640-609), quando Israel Norte já tinha sido devastado pela Assíria e Judá estava em expansão.

Enfim, o debate em torno da pertença das ruínas de Khirbet Qeiyafa está longe de um consenso.

A tendência cada vez maior das grandes escolas modernas de arqueologia, no entanto, é não entrar no debate religioso. Sua atitude é escavar um sítio sem definir *a priori* o que buscar, e apresentar os resultados da forma mais neutra possível, deixando para os estudiosos da Bíblia ou teólogos de diferentes tendências tirarem suas conclusões. Se estiver conforme o relato bíblico, tudo bem, se não estiver, não é preocupação sua. Essa postura da arqueologia, sem se deixar influenciar por questões religiosas, tem permitido um avanço amplo da pesquisa

bíblica, a ponto de muitas teorias acerca da literatura bíblica e da história de Israel necessitarem ser revistas.

1.2. A escola minimalista

Também aqui o nome não é uma autodenominação, mas uma classificação dada pelos seus opositores. O grupo considerado “minimalista” descarta qualquer hipótese de ser a Bíblia uma fonte histórica. A Bíblia não pode ser considerada como evidência para comprovar a história de Israel.

O movimento minimalista se intensificou a partir da última década do século XX. Seus principais protagonistas são John Van Seters, Thomas L. Thompson, Niels Peter Lemche, Philip R. Davies e Keith Whitlam, entre outros; eles têm a Universidade de Copenhague, onde alguns desses professores trabalham, como sede de seus estudos. Não fazem muito uso da arqueologia, mas praticam uma análise crítico-literária da Bíblia, e a partir dela defendem que a Bíblia hebraica inteira (Primeiro Testamento) é um produto pós-exílico. Os textos bíblicos teriam sido compostos nos períodos persa, helenista e hasmoneu, a serviço da ideologia da elite do templo de Jerusalém. A preocupação da elite seria fundamentar o papel central do templo, do culto e dos sacerdotes. Daí a propaganda da história dos patriarcas, do êxodo, da conquista de Josué e do período áureo de Davi e Salomão. Os grandes heróis de Israel e Judá teriam sido apenas mitos.

Também aqui nem todos os que pertencem a esse grupo têm posições unânimes. Cada pesquisador deveria ser analisado em separado. Porém, em linhas gerais há concordância entre eles.

Independentemente da posição que defendamos, suas teorias devem ser levadas a sério, pois não há como negar que grande parte da literatura do Primeiro Testamento tenha sido produzida no pós-exílio. O período que no passado era considerado o período estéril, onde não se teria produzido nada, hoje se sabe que foi o de maior produção literária. Além disso, não há como não perceber que grande parte das leis no Pentateuco se refere ou tem ligação com o templo, e traz a ideologia e o interesse da elite do templo. Soma-se a isso que a pertença a uma determinada denominação religiosa ou a defesa do interesse nacional,

caracterizadas como limitações do grupo maximalista, nesse caso não podem ser aplicadas.

1.2.1. Questionamentos à escola minimalista⁵

Se todo o Primeiro Testamento foi escrito no pós-exílio, com concentração nos períodos grego e hasmoneu, o que dizer das informações extrabíblicas que confirmam os relatos históricos da Bíblia? Os exemplos são inúmeros; citaremos alguns.

A estela redigida por Salmanassar III (858-824) em que ele relata a vitória contra uma coalizão antiassíria às margens do rio Orontes. Nessa estela, além de citar o rei Hadadezer de Damasco como um dos líderes dessa coalizão, menciona também o rei israelita Acab, que liderava um contingente de dez mil soldados com duas mil bigas. Essas informações têm grande paralelo em 1Rs 16-2Rs 12, evidentemente apresentadas com outro enfoque, mas que não poderiam simplesmente ter sido inventadas do nada pelo redator.

A Estela de Mesa, redigida pelo rei de Moab por volta de 840 a.C. e encontrada em 1868 d.C. em Dibon, na Jordânia. Nessa estela, o rei Mesa conta da opressão da casa de Omri, que invadira suas terras e obrigara seu povo a pagar um pesado tributo; mas que, em seus dias, libertou-se do filho de Omri, provavelmente o rei Jorão (852-841), neto de Omri. Mesa relata ainda como consagrou a vitória ao seu Deus Kamos. O relato encontra um paralelo muito grande em 2Rs 3, em que se diz que Mesa, rei de Moab, pagava um alto tributo a Israel, mas, quando morreu Acab, Mesa se revoltou contra o rei Jorão de Israel. Novamente, é impossível que o redator de 2Rs 3 possa ter inventado do nada tamanha coincidência.

A Estela de Dã. Três pedaços dessa estela, que compõem cerca de 60% a 70% da estela original, foram encontrados no sítio arqueológico de Dã, em 1993 e 1994. Nela, seu provável autor, o rei Hazael de Damasco, relata como ele derrotou as forças israelitas e judaítas, conquistando seus territórios, e como ele matou o rei Jorão, filho de Acab, e o rei Ocozias, da casa de Davi. Portanto, conforme a Estela de Dã, Hazael matou Jorão de Israel e Ocozias, rei de Judá. E mais: a

⁵ FINKELSTEIN, I.; MAZAR, A. *Op. cit.*, p. 12-14.

estela deixa transparecer que foi Hazael, rei de Damasco, que pôs Jeú no poder em Samaria, capital de Israel. Novamente temos um grande paralelo entre o que conta a Estela de Dã e o que relata 2Rs 9-10. Evidentemente, a narrativa bíblica feita em Jerusalém, provavelmente no tempo do rei Josias, interpreta a morte dos dois reis, Jorão e Ocozias, e a chegada de Jeú ao poder, como sendo vontade de Javé para acabar com o culto a Baal, tendência que não é percebida na estela.

Temos ainda outros exemplos de informações extrabíblicas, como a referência aos reis de Judá Ezequias, na inscrição de Senaquerib (704-681), e Manassés, nos escritos de Asaradon (680-669) e Assurbanipal (669-630). Portanto, a lista é grande. De maneira que os nomes dos reis ou personagens ilustres, as cidades, os períodos dos reinados, as fronteiras entre os territórios e até entre as tribos, comprovados pela arqueologia, não podem ter sido escritos por um redator pós-exílico sem que ele tivesse em mãos fontes antigas. Há tantos detalhes nos fatos narrados que são completamente desnecessários para o enredo da narrativa que, portanto, não haveria necessidade de incluí-los se não fossem detalhes que já constavam nas fontes consultadas. Sem falar da diferença linguística que existe entre o hebraico dos textos ou passagens pré-exílicos, do final do século VII, e o hebraico pós-exílico.

Enfim, no nosso entender, as provas da historicidade dos fatos relatados em muitos textos bíblicos são inúmeras. Obviamente, é preciso levar em consideração que o redator bíblico não se preocupa em fazer uma leitura histórica dos fatos, mas sim uma leitura teológica, ou seja, como Javé atua na história. Por isso, o redator apresenta os fatos sempre a partir da perspectiva javista. Contudo, não deixa de narrar nas entrelinhas os fatos históricos. Outro aspecto a considerar são as releituras e acréscimos que o texto sofreu no decorrer do tempo, principalmente no pós-exílio, o que torna o conteúdo histórico mais difícil, motivo que leva muitos estudiosos a abandonarem por completo a leitura do texto como informação histórica.

1.2.2. Tendências e novas leituras

A partir do exposto acima, somado à crise da teoria das fontes (J, E, Dt, P) na década de 1980, é possível entender a forte tendência nos últimos anos de se dar especial atenção à forma final do texto

e à leitura canônica.⁶ Ou seja, uma vez que tem sido difícil para os estudiosos definir a existência de camadas num texto e, se elas existirem, a época histórica a que pertencem, a tendência tem sido abandonar tal leitura e se concentrar na forma final do texto. De forma que a tendência atual é o abandono da leitura diacrônica, que predominou na exegese clássica como parte essencial do método histórico crítico, e a adoção da leitura sincrônica, que privilegia a forma final do texto. A consequência desta leitura é o descaso com contexto histórico, tanto aquele ao qual o texto se refere, quanto aquele no qual o texto foi escrito. Em poucas palavras, dá-se maior atenção à forma e menos ao conteúdo, o que evidentemente tem consequência na aplicação e atualização do texto. Um exemplo prático é a pesquisa da história da redação dos livros proféticos, que pode ser dividida em três fases.⁷

A primeira fase se situa no século XIX e início do século XX. Nesta etapa, em geral, considerava-se que os escritos remetiam literalmente aos profetas históricos. É o que comumente se denomina “leitura fundamentalista”.

A segunda fase se situa a partir da metade do século XX, quando se começa a falar mais insistentemente em redações ou camadas e entra em uso o método histórico crítico. Ou seja, haveria no texto unidades ou perícopes que remeteriam aos profetas históricos, sendo testemunhos autênticos desse ou daquele profeta; e partes ou unidades que seriam redações acrescidas, muitas vezes carregadas de ideologias do poder dominante, da corte e do templo. Chegou-se, em muitos casos, ao exagero de seccionar o texto em múltiplas partes, multiplicando-se as fontes. Evidentemente, o valor maior e mais buscado recaía sobre a parcela que possivelmente remetia ao profeta originário. O problema era que, em não poucos casos, algumas unidades que por uns eram remetidas ao profeta original, por outros eram atribuídas a uma redação posterior, o que, obviamente, resultava numa enorme confusão para o leitor.

⁶ KAEFER, J. A. “Hermenêutica bíblica: Refazendo caminhos”. *Estudos da Religião*. São Bernardo do Campo: UMESP, 2014, vol. 28, n. 1.

⁷ RÖMER, T.; MACCHI, J.-D.; NIHAN, C. (orgs.). *Antigo Testamento: História, escritura e teologia*. São Paulo: Loyola, 2010, p. 388 ss.

A terceira fase surge no final do século XX e se intensifica no princípio do século XXI. Esta análise volta seu olhar para a redação final e para o conjunto da obra. Enquanto as duas primeiras se interessam pelo profeta, por aquilo que ele disse e pela autenticidade do texto, a terceira se preocupa com a forma conjunta do texto. De maneira genérica, pode-se dizer que as duas primeiras estão mais voltadas para o conteúdo – quem disse, quando, onde e para quem –, enquanto a terceira está mais interessada na forma e na estética do texto.

Os argumentos a favor desse modelo⁸ partem do princípio de que a profecia, assim como os demais livros bíblicos, como a Obra Historiográfica (HD), é o resultado de um longo processo coletivo que resultou no livro. Os redatores subsequentes também estariam no mesmo plano do profeta, ou seja, também seriam profetas, uma vez que tiveram a capacidade de reinterpretar e inovar a profecia e de incluir uma nova mensagem também entendida como profecia. Nesse sentido, os escribas também seriam profetas. Tanto que alguns livros proféticos podem ser atribuídos integralmente a escribas, como no caso dos livros de Malaquias e Jonas. Assim, já não haveria mais profetas autênticos no Primeiro Testamento, uma vez que as palavras do profeta, a tradição oral, foram postas por escrito, e as redações posteriores de pequenas unidades ou frases já são interpretação. O crescimento literário dos livros proféticos poderia ser comparado a uma “floresta incontável” ou uma avalanche de neve sempre crescente, em que não seria possível distinguir camadas menores ou maiores.

Não pensamos assim. Primeiramente, não há como negar a existência de camadas maiores ou menores nos livros bíblicos. Apenas para citar alguns exemplos: como não perceber a presença de camadas literárias na narrativa de Gn 1-11? Como negar as diferenças das tradições na narrativa da história de Abraão, Isaac e Jacó, presentes no livro do Gênesis, ou da história de José, que claramente era uma unidade independente que foi acrescida tardiamente ao livro de Gênesis? Como não perceber a diferença entre os capítulos 40 a 48 do profeta Ezequiel, onde se encontra o fundamento da teocracia do pós-exílio, e os demais capítulos do livro?

Evidentemente há contribuições neste modelo que podem ajudar muito a análise dos textos bíblicos. No entanto, o estudo que perma-

⁸ *Ibid.*, p. 392.

nece somente no nível sincrônico pode resultar em sérias perdas para a pesquisa bíblica. Elencamos algumas:

- a) Ignorar o contexto, tanto da formação oral da profecia quanto do redator. Por mais difícil que possa ser, entendemos que para a compreensão do conteúdo é fundamental buscar situar o texto em seu contexto. Sem contexto, a profecia perde a força da denúncia. Tirar o contexto e a identidade do profeta é uma forma de matar o profeta outra vez.
- b) Igualar todos os profetas, não importa se da periferia ou do centro, do campo, da corte ou do templo.
- c) Colocar o mesmo peso numa denúncia contra a opressão dos pobres e numa preocupação com o cumprimento da lei que favorece o templo ou a corte.
- d) Privilegiar a forma e relativizar o conteúdo. Entendemos que a forma é importante por causa do conteúdo, que é o que deve ser o objeto final da pesquisa.
- e) Tirar a importância da exegese.

Esses mesmos critérios se aplicam também a qualquer texto bíblico em análise, como, no caso especial, à Obra Historiográfica.

1.3. Proposta alternativa

No início, todos os que liam criticamente a Bíblia eram classificados como pertencentes ao grupo minimalista. Porém, aos poucos as posições foram se definindo, permitindo aos estudiosos se distanciar ou se aproximar deste ou daquele grupo. De maneira que nos últimos anos vem surgindo um terceiro grupo que, apesar de praticar uma leitura crítica da Bíblia, não se identifica com o grupo minimalista. Esse grupo, até não surgir outra denominação, pode ser classificado como grupo alternativo.⁹

A proposta alternativa parte do princípio de que boa parte do Pentateuco e da História Deuteronomista, bem como partes de livros proféticos, como Amós, Oseias, Miqueias, Sofonias etc., têm como

⁹ FINKELSTEIN, I.; MAZAR, A. *Op. cit.*, p. 14-20.